

Defensoria Pública de Minas firma termo para reparação aos afetados do distrito de Macacos

Documento assinado com a Vale abarca extensa multiplicidade de danos e foi elaborado seguindo a melhor técnica jurídica e padrões jurisprudenciais nacionais e internacionais

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) assinou Termo de Compromisso com a empresa Vale S. A., com o objetivo de pagamento célere de indenizações extrajudiciais, individuais ou por núcleo familiar, por danos materiais, econômicos e morais às pessoas que foram afetadas pelo risco de rompimento da barragem da Mina Mar Azul, em São Sebastião das Águas Claras – conhecido como Macacos – distrito de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O documento foi assinado na tarde da quinta-feira (4/3).

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



O defensor público-geral Gério Patrocínio Soares (à direita) assina o Termo de Compromisso juntamente com o consultor-geral da Vale, Alexandre D'Ambrósio

[CONTINUA NA PÁGINA 2](#)

DPMG empossa 21 defensoras e defensores públicos

Esta foi a segunda turma empossada de aprovados no VIII Concurso para ingresso na Instituição



Na sexta-feira (5/3), em sessão extraordinária do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), foram empossados 21 defensoras e defensores públicos aprovados no VIII Concurso de provas e títulos para ingresso na carreira da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Presidida pelo defensor público-geral de Minas Gerais e presidente do Conselho Superior, Gério Patrocínio Soares, a solenidade foi restrita, em função da pandemia de Covid-19, com transmissão ao vivo pelo canal oficial da DPMG no YouTube ([youtube.com/c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira)).

[CONTINUA NA PÁGINA 2](#)

COVID-19



Funcionamento da DPMG e medidas temporárias de prevenção ao contágio

Resoluções Conjuntas nº 01/2021 e 12/2020

[>> saiba mais](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO:

> Ações em destaque

DPMG lança o Catálogo de Serviços, um guia completo de orientações ao cidadão

[PÁGINA 4](#)

> Mundo oficial

[PÁGINA 6](#)

> Escola Superior

[PÁGINA 6 e 7](#)

> Procedimentos e comunicados internos

[PÁGINA 8](#)

CONTINUAÇÃO DA CAPA:

DPMG firma termo para reparação aos afetados do distrito de Macacos

O documento foi assinado na tarde da quinta-feira (4/3), pelo defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, pela chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, e pelos defensores públicos Antônio Lopes de Carvalho Filho, Carolina Morishita, Felipe Soledade e Aylton Rodrigues Magalhães.

Pela Vale assinaram Alexandre Silva D'Ambrósio (consultor geral), Luiz Henrique Medeiros (gerente executivo de Brumadinho e Territórios Evacuados), Marcelo Klein (diretor especial da Reparação), Lilian Simões (gerente Contencioso de Brumadinho), Humberto Pinheiro (gerente executivo Brumadinho Renova) e Lourenço Rabelo (Jurídico).

Histórico – No dia 16 de fevereiro de 2019, o alerta de emergência disparou, indicando risco de rompimento da barragem B3/B4, da Mina Mar Azul, e todas as pessoas que moravam próximas à Zona de Autossalvamento (como chama a região que seria primeiramente afetada pela lama) tiveram que deixar suas casas às pressas. Desde então, elas estão realocadas em moradias escolhidas por elas ou em hotéis da região.

O fato gerou também outros impactos às famílias

que residem no distrito e aos comerciantes do local. O clima de incerteza e apreensão afetou a economia, baseada no turismo. Muitos restaurantes e pousadas da localidade, se não fecharam, amargam prejuízos e dificuldades financeiras.

Termo é opção reparatória e não impede a utilização dos meios judiciais.

Atendimento – As pessoas atingidas que tiverem interesse em analisar o acordo devem agendar o primeiro atendimento pelo e-mail: atendimento.macacos@defensoria.mg.def.br

O atendimento será feito no Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, localizado na Unidade I da DPMG em Belo Horizonte, na Rua dos Guajajaras, 1707, Barro Preto.

Em respeito à individualidade, privacidade e segurança dos atingidos, a Defensoria Pública de Minas Gerais não divulgará publicamente as diretrizes e termos de acordo, as quais serão disponibilizadas para os assistidos. A Defensoria Pública tem atribuição constitucional para firmar acordos individuais.

[Leia matéria na íntegra](#)

CONTINUAÇÃO DA CAPA:

Defensoria de Minas empossa 21 defensoras e defensores públicos

Fotos: Marcelo Sant'Anna



O evento aconteceu no auditório da DPMG, seguindo as medidas de prevenção ao novo coronavírus. As conselheiras Liliana Soares Martins Fonseca e Andréa Abritta Garzon e o conselheiro Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos participaram de forma remota

continua >>

CONTINUAÇÃO DA CAPA:



Oradores Bráulio Santos, Carlos Eduardo Vieira e Isadora Vieira



O defensor público Pedro Henrique Fernandes fez a leitura do Termo de Compromisso

Defensoria de Minas empossa 21 defensoras e defensores públicos

Em seu pronunciamento, o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares frisou a importância de as novas defensoras e defensores públicos buscarem a felicidade e de serem bons ouvintes, condições necessárias para a boa atuação na profissão e para a vida. “Nós somos a voz e a vez da população vulnerável”

O subdefensor público-geral, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, pontuou que a Defensoria Pública, para além do instituído no texto constitucional, “é ação e, para se materializar, precisa de instrumentos”.

A evolução da Defensoria Pública, tanto estrutural quanto no plano normativo, foi lembrada pelo corregedor-geral da DPMG, Galeno Gomes Siqueira, ao mencionar a contribuição de cada um que passou pela Instituição.

Os demais conselheiros – Gustavo Dayrell, Heitor Baldez, Líliliana Soares Martins Fonseca, Andréa Abritta, Guilherme Rocha de Freitas (secretário) e Luiz Roberto Costa Russo destacaram a importância do momento de para a Instituição e enaltecem a sensibilidade e profundidade do discurso dos oradores.

O diretor-presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), Fernando Martelleto, definiu a posse como um “marco histórico de encontro de gerações de defensoras e defensores públicos mineiros”.

Oradores

Os empossados Bráulio Santos Rabelo de Araújo, convocado como primeiro lugar na segunda turma do certame, e Isadora Vieira Amorim dos Santos e Carlos Eduardo Vieira da Silva, primeiros entre os candidatos cotistas, foram os oradores. A atenção e respeito à diversidade, a resistência contra a redução dos direitos fundamentais e a luta pela ampliação daqueles já conquistados foram a tônica do pronunciamento.

Com o ingresso das defensoras e defensores públicos empossados, a Defensoria Pública dará continuidade ao processo de fortalecimento da Instituição em Minas Gerais.

[Leia a matéria na íntegra](#)

Curso de Formação

Antes de começarem a atuar, os novos defensores públicos participarão, a partir do dia 8 de março, do Curso Oficial de Preparação à Carreira, ministrado pela Defensoria Pública, por meio de sua Escola Superior (Esdep MG), cujo objetivo é capacitar e dar mais qualidade aos serviços.

VIII Concurso

Mais de dez mil candidatos concorreram a 30 vagas para defensor público do estado. O certame foi composto por cinco etapas, sendo a primeira – prova objetiva de múltipla escolha – realizada no dia 26 de maio de 2019 – e a última – prova de títulos – concluída em fevereiro deste ano.

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas Gerais lança o Catálogo de Serviços, um guia completo de orientações ao cidadão

Um guia completo de orientações e informações ao cidadão. O guia se divide em três partes: Orientações Gerais, Catálogo de Serviços e Catálogo de Serviços por Unidade de Atendimento. Na primeira parte traz a defi-



nição da Defensoria Pública de Minas Gerais e sua atuação, a quem se destina a prestação dos seus serviços e lista documentos necessários para o atendimento.

A publicação, disponível permanentemente no portal da Instituição e também na Intranet, é mais uma iniciativa que consta no Projeto nº 20 do Planejamento Estratégico da DPMG.

O capítulo Catálogo de Serviços detalha atuação de cada uma das áreas da Defensoria Pública de Minas Gerais e os tipos de atendimento que estão disponíveis para o cidadão na primeira instância, segunda instância e tribunais superiores. Por fim, o Catálogo de Serviços por Unidade de Atendimento traz a relação de todas as unidades da DPMG na capital e no interior, com endereço, telefones e áreas de atendimento em cada uma delas.

[Acesse aqui o Catálogo de Serviços da DPMG](#)

STF acolhe recurso especial apresentado pela DPMG em caso de multa cominatória pelo não fornecimento de medicamentos

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, acolheu, em decisão monocrática, o recurso especial apresentado pela Defensoria Pública de Minas Gerais, garantindo o recebimento da multa cominatória pelos herdeiros, decorrente do atraso no fornecimento dos medicamentos pelo Estado de Minas Gerais, que resultou na morte da autora da ação.

Na decisão, o ministro Herman Benjamin, acatando a tese da DPMG, entendeu que embora o pedido nas ações que objetivam o fornecimento de medicamentos seja personalíssimo, tal raciocínio não se aplica à multa

cominatória, dado ao seu caráter patrimonial e por isso transmissível aos herdeiros.

Para a coordenadora da Defensoria Pública de Segunda Instância e Tribunais Superiores (Desits) –Cível/ Direito Público e autora do RESP, defensora pública Marta Juliana Marques Rosado Ferraz, a decisão é um importante instrumento para coibir a omissão da execução determinada em juízo. “A obrigação do pagamento da multa cominatória para os herdeiros é, também, uma forma de garantir o fornecimento em tempo hábil”, reforçou.

[Clique aqui para ler a decisão.](#)

PUBLICAÇÕES

Portal ConJur publica artigo de defensora pública mineira

Disponível no portal ConJur o artigo “A imprescindibilidade da tutela coletiva de direitos pela Defensoria Pública”, de autoria da defensora pública Renata Martins de Souza, coordenadora da Defensoria Pública de Minas Gerais em João Monlevade.

O texto traz uma reflexão sobre os desafios sofridos pela Defensoria Pública para superar as limi-

tações vivenciadas durante o período da pandemia, uma vez que os grupos vulnerabilizados socialmente – idosos, presos, indígenas, pessoas em situação de rua e população periférica em geral – são os que sofrem repercussões mais danosas diante do referido contexto.

[Clique aqui para ler](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública participa de audiência de conciliação que definiu pagamento de apoio financeiro a atingidos em Barão de Cocais



Moradores da zona de autossalvamento receberão apoio financeiro em Barão de Cocais



Apoio financeiro para as famílias da ZAS (Zona de Autossalvamento) que ainda não receberam a primeira parcela dos valores indenizatórios de acordos individuais



O valor total é de três salários mínimos por adulto, um e meio salário mínimo por adolescente e três quartos de salário mínimo por criança



Pagamento em duas parcelas



A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais participou, na quarta-feira (3/3), da audiência de conciliação entre a Vale S.A. e as famílias removidas do entorno da Barragem Sul Superior, em Barão de Cocais, que está no nível 3 – risco de rompimento iminente. A Vale fará o pagamento de até três salários mínimos para cerca de 200 pessoas que ainda não foram indenizadas, a título de transferência de renda.

A DPMG foi representada pelos defensores públicos Felipe Augusto Cardoso Soledade, Antônio Lopes de Carvalho Filho, Aylton Rodrigues Magalhães e Carolina Morishita Mota Ferreira. Participaram, ainda, representantes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio do Centro Judiciário de Solução de Conflitos; representantes da Vale S.A.; Ministérios Público Estadual e Federal e o município de Barão de Cocais.

Na audiência ficou definida a suspensão, até a conclusão do acordo, do processo que tramita na comarca de Barão de Cocais. Ficou estabelecido ainda que as pessoas atingidas que residem na zona de autossalvamento receberão três salários mínimos por adulto, um e meio salário por adolescente e três quartos do salário mínimo por criança. Os valores serão pagos em duas parcelas, sendo metade em cada uma delas. O termo estabelece que a primeira transferência será feita em até 15 dias a partir da audiência. A segunda deverá ser feita em até 45 dias após a quitação da primeira.

[Leia na íntegra](#)



MUNDO OFICIAL

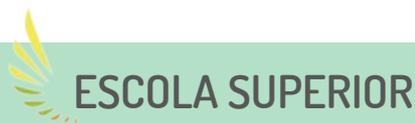
Defensor-geral recebe visita de cortesia do desembargador Bruno Terra Dias



Durante a visita foram tratados assuntos institucionais e questões relacionadas à pandemia de Covid-19.

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu na quarta-feira (3/3) a visita do desembargador Bruno Terra Dias, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O encontro aconteceu no Gabinete da Defensoria Pública-Geral e contou também com a participação da chefe de Gabinete da DPMG, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e dos defensores públicos da Defensoria Especializada de Saúde Pública, Bruno Barcala Reis (coordenador) e Rodrigo Audebert Andrade Delage.

Em seguida, o desembargador conheceu as instalações da Defensoria Especializada de Saúde Pública.



Esdep dá continuidade ao debate sobre Saúde pública nos Tribunais Superiores em evento virtual da Defensoria de Minas Gerais

Na sexta-feira (5/3), evento da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG) debateu “O direito à saúde na interpretação dos Tribunais Superiores”

Sob a condução do defensor público Alfredo Emanuel Farias de Oliveira, o encontro contou com as apresentações dos defensores públicos Bruno Barcala e Rodrigo Delage, e da farmacêutica Germane Rodrigues, todos em atuação na Defensoria Especializada de Saúde Pública; defensor público Flávio Wandeck, em atuação no Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores; e defensora pública Fernanda Saraiva, em atuação na Defensoria Pública em Ponte Nova.

O encontro virtual reuniu defensoras e defensores públicos da Instituição e teve como objetivo a troca de experiências e o alinhamento do trabalho desenvolvido nas 1ª e 2ª instâncias, com vistas à atuação estratégica, buscando garantir o acesso à saúde para os assistidos da DPMG.



Defensores públicos Bruno Barcala, Alfredo Oliveira e Flávio Wandeck

No Dia Internacional da Mulher, DPMG realiza palestra com a jornalista e escritora Leila Ferreira sobre ‘A arte de ser leve’

Dia 8 de março, às 11 horas, com transmissão aberta ao público em geral pelo canal da DPMG no endereço youtube.com/c/defensoriamineira

Defensoria Pública de Minas, NUDEM e ESDEP promovem debate

Desafios do enfrentamento à violência doméstica na pandemia

09 MARÇO | 19H

TRANSMISSÃO

Youtube.com /c/defensoriamineira

ACESSO

#CHEGA DE VIOLÊNCIA

Diana Fernandes de Moura
DEFENSORA PÚBLICA

Ana Cláudia Braga A. Pinheiro
DEFENSORA PÚBLICA

Bárbara Silveira M. Bissochi
DEFENSORA PÚBLICA

NUDEM ESDEP DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

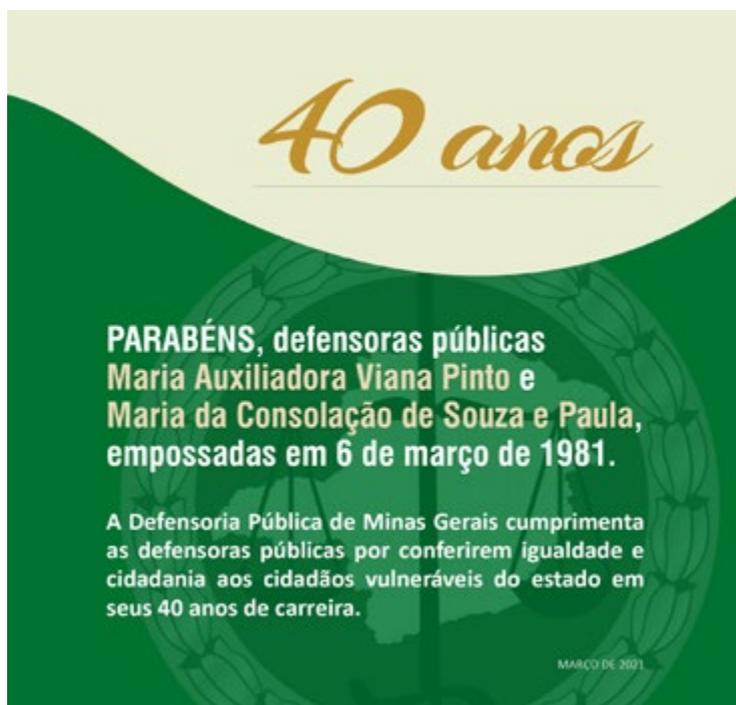
Esdep promove bate-papo sobre o enfrentamento da violência doméstica na pandemia

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) realizou no dia 9 de março o bate-papo “Desafios do enfrentamento à violência doméstica na pandemia”, com as defensoras públicas Diana Fernandes de Moura, Ana Cláudia Braga Areas Pinheiro e Bárbara Silveira Machado Bissochi.

A iniciativa integra a agenda de atividades, oferecida pela Esdep, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O encontro será transmitido, a partir das 19 horas, pelo canal da DPMG no Youtube (youtube.com/c/defensoriamineira). Não é necessária a inscrição prévia.

As defensoras públicas participantes atuam na área de enfrentamento à violência contra a mulher.

HOMENAGEM



BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA GERAL

Serviço de Atendimento Processual (SAP) nas unidades de Passos e Ponte Nova

[Resolução 084/2021](#)

[Resolução 088/2021](#)

Centro de Conciliação e Mediação em Varginha

[Resolução 092/2021](#)

Progressão na carreira aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Quadro de Apoio Administrativo e Serviços Auxiliares

[Resolução 090/2021](#)

TJMG disponibiliza ambiente de teste do PJe Criminal

[Acesse aqui](#)

Vídeo de treinamento para PJe disponível no Gerais

Encontra-se disponível no sistema Gerais (gerais.defensoria.mg.def.br) vídeo completo do curso sobre PJe, ministrado durante o Curso de Formação dos Defensores Públicos da 1ª Turma do VIII Concurso para Ingresso na Carreira.

Para acessar, vá até a seção "Escola Superior", no menu vertical à esquerda da tela principal do Gerais, e clique em *Vídeos de Capacitação*. Em seguida, clique em *Curso de Formação para Defensores: Vídeo treinamento PJe*.

O vídeo está dividido em três partes.

CNJ informa prorrogação de prazos no SEEU

Em acréscimo à nota oficial publicada no dia 23 de fevereiro de 2021, referente aos trabalhos para atualização de tecnologia e migração de infraestrutura do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, que pode ser acessada em <https://www.cnj.jus.br/seeu-tem-prazos-processuais-prorrogados-por-conta-de-instabilidade/>, o CNJ informa que as equipes continuam dedicadas a sanar todos os problemas que afetam o funcionamento da execução penal de todo o país, priorizando a estabilização do sistema e as rotinas necessárias para garantir a efetividade da prestação jurisdicional.

Até que assim aconteça, amparado no Artigo 10 § 2º da Lei 11.419/06, os prazos processuais no SEEU com término nos dias 16, 18, 19, 22, 23 e 24 do mês de fevereiro de 2021, além daqueles a vencer em 25 e 26 de fevereiro de 2021, serão prorrogados para o próximo dia útil, com o objetivo de evitar qualquer prejuízo às partes. Nos dias 17,

20 e 21 de fevereiro de 2021, por tratarem-se de dias não úteis, igualmente não haverá decurso de prazo.

Considerando que os efeitos logrados por meio dos trabalhos de estabilização estejam dentro do esperado, o último dia para manifestação tempestiva nas intimações cujo prazo se encerraria nas datas mencionadas será na segunda-feira, dia 1º de março de 2021. Em caso de novas intercorrências, o CNJ emitirá nova comunicação a usuários e usuárias.

Mais informações sobre cômputo de prazos de intimações podem ser verificadas no detalhamento individual de prazos para cada intimação existente no sistema.

[Clique aqui para ver a nota do CNJ](#)

PGA 2021/2022: Aberta consulta para sugestões

Encontra-se disponível na intranet a Resolução nº 93/2021 que dispõe sobre a elaboração da proposta do Plano Geral e Atuação (PGA) 2021/2022. A resolução cria a comissão para elaboração da proposta do PGA e abre consulta para encaminhamento de sugestões, que devem ser enviadas até o dia 20/3/2021 para o email: comissaopga2021@defensoria.mg.def.br

[Resolução nº 93/2021](#)

ESCOLA SUPERIOR

Sorteio de vagas para o Curso Equilíbrio Emocional no TJMG

A Esdep vai sortear 30 vagas para defensoras e defensores públicos interessados em participar do Curso Equilíbrio Emocional, que será promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no período de 14 de abril a 12 de maio de 2021, na modalidade a distância, com carga horária de 20 horas. Interessados devem se inscrever até 9/3/2021, enviando nome completo, telefone e comarca para o e-mail: sorteioscapacitacao@defensoria.mg.def.br

O sorteio será no dia 10/3.

Novos integrantes das Câmaras de Estudos

[Deliberação nº 162/2021](#)

Edital de informação início processo eleitoral da Cipa MGS-DPMG Unidade I – Gestão 2021 / 2022

Vão até o dia 12 de março as inscrições para concorrer à CIPA gestão 2021/2022. Podem participar empregados da MGS efetivos da Unidade I da Defensoria Pública.

[Clique aqui para ler o edital.](#)